

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 21**

Considerando as escolas e os critérios que conceituam o Direito Administrativo, assinale a opção correta.

- Ⓐ O critério do Poder Executivo pressupõe que as atividades de gestão são praticadas nas funções de governo, ao passo que os atos de império, nas funções administrativas, sendo que, em ambos os casos, o Estado age com supremacia sobre os administrados.
- Ⓑ Segundo o critério teleológico, o Direito Administrativo tem por finalidade regular as relações não contenciosas entre a Administração Pública e os administrados.
- Ⓒ Na concepção da Escola do serviço público, o Direito Administrativo é o ramo do direito público interno que regula a atividade jurídica não contenciosa do Estado e a constituição dos órgãos e meios de sua ação em geral.
- Ⓓ O critério negativo relaciona-se à Administração em sentido estrito, voltada à realização dos fins estatais, excluídas a legislação, a jurisdição e as atividades patrimoniais.
- Ⓔ Para a Escola da *puissance publique*, o Direito Administrativo abrange as atividades administrativas, jurisdicionais e legislativas do Estado.

Questão 22

Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o ato de concessão inicial de aposentadoria de servidor público federal é

- Ⓐ complexo, aperfeiçoando-se após a sua apreciação pelo Tribunal de Contas da União.
- Ⓑ simples, dispensando-se sua apreciação pelo Tribunal de Contas da União.
- Ⓒ composto, aperfeiçoando-se após a sua apreciação pelo Tribunal de Contas da União.
- Ⓓ composto, dispensando-se sua apreciação pelo Tribunal de Contas da União.
- Ⓔ simples, aperfeiçoando-se após a sua apreciação pelo Tribunal de Contas da União.

Questão 23

Os contratos administrativos regulados pela Lei n.º 8.666/1993 podem ser alterados unilateralmente pela Administração nos casos de modificações

- Ⓐ quantitativas resultantes de supressões de até 50% do valor inicialmente contratado nas obras, serviços ou compras.
- Ⓑ no regime de execução da obra ou serviço em decorrência da constatação de caráter técnico.
- Ⓒ na garantia de execução, quando tal medida se demonstrar conveniente e oportuna.
- Ⓓ do projeto ou das especificações, com vistas a melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- Ⓔ na forma de pagamento, de modo oneroso ao contratado, por imposição de circunstâncias supervenientes.

Questão 24

A delegação de competência pelos órgãos administrativos é

- Ⓐ irrevogável.
- Ⓑ limitada às circunstâncias de índole técnica, social e econômica.
- Ⓒ revogável a qualquer tempo.
- Ⓓ restrita a órgãos hierarquicamente subordinados.
- Ⓔ extensível às decisões de recursos administrativos.

Questão 25

De acordo com a Lei n.º 8.987/1995, nos contratos de concessão, incumbe à concessionária

- Ⓐ decretar, entre os bens necessários à prestação do serviço, aqueles que serão considerados de utilidade pública.
- Ⓑ incentivar e gerir a competitividade.
- Ⓒ captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.
- Ⓓ promover ações destinadas à criação de associações de usuários para a defesa de interesses relativos ao serviço.
- Ⓔ regulamentar o serviço concedido.

Questão 26

Determinado órgão da administração direta divulgou edital de concorrência pública do tipo menor preço, para a aquisição de bens, com valor anual estimado em R\$ 3.360.000,00. Na data marcada para a abertura do certame, duas empresas acudiram ao chamamento e entregaram os devidos envelopes, contendo os respectivos documentos de habilitação e propostas de preços. Concluída a fase de habilitação, verificou-se que ambas não haviam cumprido dado requisito obrigatório estipulado pelo instrumento convocatório, tendo sido inabilitadas.

Considerando a situação hipotética apresentada, a Administração Pública poderá

- Ⓐ anular o certame, pois a sessão pública deveria resguardar o número mínimo de três empresas interessadas.
- Ⓑ revogar o certame, por razões de conveniência e oportunidade, pois o valor estimado não condiz com a modalidade escolhida.
- Ⓒ dispensar as licitantes de cumprirem os requisitos de habilitação e prosseguir com a abertura das duas propostas apresentadas.
- Ⓓ alterar os termos do edital, de modo a compatibilizá-lo com a documentação e as propostas apresentadas.
- Ⓔ fixar oportunidade para as duas licitantes, no prazo de oito dias úteis, apresentarem nova documentação de habilitação, escoimada dos vícios apontados.

Questão 27

As licitações processadas mediante o sistema de registro de preços devem

- Ⓐ submeter-se, preferencialmente, à modalidade concorrência do tipo técnica e preço.
- Ⓑ indicar precisamente a descrição do objeto a ser contratado e definir as unidades de medida usualmente adotadas.
- Ⓒ conter a indicação da dotação orçamentária, que custearão a contratação.
- Ⓓ instituir o prazo de validade da ata de registro de preços, que não poderá ser superior a dois anos.
- Ⓔ prever os acréscimos quantitativos que poderão incidir sobre as quantidades registradas, até o limite de 50% sobre o valor inicial atualizado do contrato.

Questão 28

Segundo o STF, a responsabilidade civil do Estado pode ser invocada pelo particular, para fins de ressarcimento de danos

- A** na investidura em cargo público decorrente de decisão judicial, em quaisquer casos, para fins de indenização retroativa à data da ação, referente aos vencimentos do cargo.
- B** em favor da entidade organizadora, quando previamente autorizado por lei, inclusive em danos emergentes de ação ou omissão da própria entidade.
- C** por danos decorrentes do comércio irregular de fogos de artifícios, licenciado sem as devidas cautelas pela Administração Pública.
- D** subsidiariamente à responsabilidade do agente público que tenha voluntariamente causado o dano, sendo este insolvente.
- E** em caráter exclusivo contra o poder público, quando o dano resultar do inadimplemento de encargos trabalhistas do empregado, por parte de empresa contratada.

Questão 29

Com base no Código Civil, acerca de capacidade, assinale a opção correta.

- A** Os menores de dezesseis anos e os ébrios habituais são relativamente incapazes.
- B** Os maiores de dezesseis anos e os menores de dezoito anos são absolutamente incapazes.
- C** Os menores de dezesseis anos e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não podem exprimir sua vontade são absolutamente incapazes.
- D** Os ébrios habituais e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não podem exprimir sua vontade são absolutamente incapazes.
- E** Os pródigos e os viciados em tóxicos são relativamente incapazes.

Questão 30

À luz do regime dos bens públicos disposto no Código Civil, assinale a opção correta.

- A** Ruas e praças são bens públicos dominicais e inalienáveis.
- B** Bens públicos dominicais são inalienáveis.
- C** Edifícios destinados à administração federal são bens de uso especial, não podendo ser objetos de usucapião.
- D** Bens que constituam o patrimônio de pessoas jurídicas de direito público são de uso comum do povo.
- E** Rios e estradas são bens públicos alienáveis e de uso especial.

Questão 31

Ricardo, pretendendo reunir o montante necessário para custear a operação cirúrgica de seu irmão, obrigou-se a entregar imóvel, por um terço do valor de mercado, a Samuel, que não tinha qualquer conhecimento a respeito da cirurgia.

Acerca das disposições do Código Civil, essa situação hipotética configura

- A** lesão.
- B** dolo.
- C** coação.
- D** estado de perigo.
- E** erro.

Questão 32

Gustavo cedeu imóvel a Rodrigo, por meio da celebração de comodato. Entretanto, Gustavo passou a cobrar de Rodrigo valores mensais referentes a aluguel.

Considerando as disposições do Código Civil, a situação hipotética representa

- A** a simulação do negócio jurídico, sendo o comodato nulo e a locação válida.
- B** a simulação do negócio jurídico, sendo o comodato válido e a locação nula.
- C** a validade de ambos os negócios jurídicos.
- D** a coação, sendo o comodato nulo.
- E** a simulação do negócio jurídico, sendo o comodato e a locação nulos.

Questão 33

Daniel estava passeando com seu cachorro, que estava solto, pelo maior parque da cidade. O animal repentinamente correu em direção a um grupo de pessoas, atacando-as e produzindo lesões diversas em todas elas.

Com referência a situação hipotética apresentada e as disposições presentes no Código Civil, assinale a opção correta.

- A** Os danos deverão ser reparados por Daniel apenas para aquelas pessoas do grupo definidas por ele como atingidas.
- B** Os danos não serão reparados, uma vez que foram produzidos por um animal.
- C** Os danos deverão ser reparados por Daniel apenas para aquela pessoa que sofreu as lesões mais graves.
- D** Os danos deverão ser reparados por Daniel em relação a todos os atingidos pelo ataque do animal, considerando ser Daniel o dono do cachorro.
- E** Os danos não serão reparados, uma vez que as pessoas do grupo são as culpadas pelo ataque.

Questão 34

Considere que Leonardo tenha se comprometido a dar um carro como presente a seu filho, quando este contraísse matrimônio.

Nesse caso, o negócio jurídico apresentado caracteriza-se como

- A** condição suspensiva.
- B** condição resolutiva.
- C** termo.
- D** encargo.
- E** condição impossível.

Questão 35

O cidadão pode, excepcionalmente, ser privado dos direitos políticos. A CF veda a cassação desses direitos e só admite a perda ou a suspensão em virtude de

- A** incapacidade civil absoluta, aos incapazes maiores de 16 anos e menores de 18 anos.
- B** perda de nacionalidade mediante aquisição de outra, por naturalização imposta pela norma estrangeira.
- C** escusa de consciência, com efetivo cumprimento da prestação alternativa fixada em lei.
- D** aquisição de outra nacionalidade de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
- E** condenação em ação por abuso de poder econômico-eleitoral transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

Questão 36

Considerando a jurisprudência, assinale a opção correta relativa a direitos e garantias fundamentais estabelecidos na CF.

- Ⓐ A execução de pena privativa de liberdade antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória não contraria o disposto na CF.
- Ⓑ A CF veda a extradição de brasileiro nato, de brasileiro naturalizado e de estrangeiro por crime político ou de opinião, mas admite a extradição de brasileiro naturalizado e de estrangeiro em relação à prática de crime comum.
- Ⓒ Em obediência ao princípio da igualdade, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece que há impossibilidade absoluta e genérica de se estabelecer diferencial de idade para o acesso a cargos públicos.
- Ⓓ Os direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, razão pela qual nenhum dos direitos individuais previstos na CF necessita de lei para se tornar plenamente exequível.
- Ⓔ Os direitos fundamentais são personalíssimos, razão pela qual somente o seu titular poderá renunciá-los.

Questão 37

No que se refere à doutrina majoritária, assinale a opção correta acerca das constituições e suas classificações.

- Ⓐ A constituição sistematizada em ideias e princípios fundamentais de teoria política e do direito dominante no momento de elaboração é classificada como formal.
- Ⓑ A constituição rígida não pode ser modificada pelo poder constituinte derivado ou reformador.
- Ⓒ A constituição outorgada, que passa por um processo de consulta ao eleitorado para revesti-la de aparente legitimidade, é classificada como pluralista.
- Ⓓ Constituição, em sentido jurídico, pode ser definida como aquela que diz respeito à forma de estado, à forma de governo, aos órgãos do poder e à declaração dos direitos individuais.
- Ⓔ A Constituição Federal de 1988 é classificada como formal, escrita, analítica, dogmática, promulgada e rígida.

Questão 38

Com base na CF e considerando a jurisprudência do STF, no que se refere ao controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir.

- I Na ação declaratória de constitucionalidade, cabe ao advogado-geral da União fazer a defesa do ato normativo impugnado.
- II A arguição de descumprimento de preceito fundamental é cabível contra normas secundárias regulamentares, como, por exemplo, decreto presidencial violador de preceito fundamental.
- III Na ação declaratória de constitucionalidade, o parâmetro de controle é a CF, excluindo-se os tratados e as convenções internacionais, ainda que sobre direitos humanos e aprovados por quórum qualificado no Congresso Nacional.
- IV Na ação direta de inconstitucionalidade, os efeitos da decisão procedente são *ex tunc* e *erga omnes*, porém, de forma excepcional, poderá ser admitida exceção a essa regra.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ I e IV.
- Ⓓ II e III.
- Ⓔ II e IV.

Questão 39

Servidor público eleito para cumprir mandato eletivo federal, estadual, municipal ou distrital

- Ⓐ terá seu tempo de serviço contado, exceto para promoção por merecimento.
- Ⓑ não terá contado o seu tempo de serviço.
- Ⓒ será automaticamente afastado de seu cargo, emprego ou função, desde a posse.
- Ⓓ poderá optar pela remuneração anterior.
- Ⓔ poderá acumular as vantagens de seu cargo, emprego ou função com a remuneração do cargo eletivo.

Questão 40

No que diz respeito aos pressupostos do estado de defesa e do estado de sítio, assinale a opção correta.

- Ⓐ A decretação do estado de defesa e do estado de sítio, pelo presidente da República, exige prévia autorização do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, sob pena de inconstitucionalidade da decretação da medida.
- Ⓑ O Congresso Nacional indicará executor, a ser nomeado pelo presidente da República, para acompanhar e fiscalizar a execução de medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.
- Ⓒ O decreto que instituir o estado de defesa e o estado de sítio determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará as medidas coercitivas a vigorarem.
- Ⓓ Assim como o estado de defesa, o estado de sítio não permite discricionariedade, mas, sim, situação extraordinária constitucionalmente regrada. Por esse motivo, ambos se sujeitam a controles político e jurisdicional.
- Ⓔ A decretação do estado de defesa e do estado de sítio, pelo presidente da República, exige prévia autorização do Congresso Nacional, sob pena de absoluta inconstitucionalidade do ato.

Questão 41

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios

- Ⓐ destinam-se à sua posse em caráter permanente, enquanto utilizadas para suas atividades produtivas e preservação dos recursos ambientais.
- Ⓑ são passíveis de concessão para pesquisa e lavra de riquezas minerais.
- Ⓒ podem ser ocupadas por cooperativas de atividades garimpeiras nas áreas em que a União estabelecer.
- Ⓓ são demarcadas por competência da União, e os estados têm o dever de protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens.
- Ⓔ são alienáveis e disponíveis, mas os direitos sobre elas são imprescritíveis.

Questão 42

Considerando o disposto na Constituição do Estado do Ceará, é atribuição da assembleia legislativa

- I dispor sobre os limites dos territórios estaduais e municipais.
- II escolher três sétimos dos conselheiros dos tribunais de contas do estado e dos municípios.
- III proceder à organização administrativa, judiciária, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará.
- IV processar o procurador-geral de justiça, o procurador-geral do estado e o defensor-geral da Defensoria Pública nos crimes de responsabilidade.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D II e III.
- E III e IV.

Questão 43

Na vigência da CF, diversas maneiras de superar a situação de sub-representação das mulheres nas casas legislativas do Brasil foram debatidas e algumas instituídas. A respeito dessas implementações, assinale a opção correspondente à única regra vigente.

- A Reserva de, pelo menos, 30% do total de vagas que o partido pode apresentar nas eleições, proporcionais para cada sexo.
- B Reserva de, pelo menos, 30% dos lugares nos órgãos de direção partidária, em nível municipal, estadual e nacional, para cada sexo.
- C Reserva de, pelo menos, 10% do tempo de propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão para a promoção da participação política das mulheres.
- D Exigência de percentual mínimo, para cada sexo, no total de candidaturas de cada partido para chefes do Poder Executivo.
- E Distribuição dos recursos públicos usados no financiamento das campanhas eleitorais, para cada sexo, na proporção do número de candidatos homens e mulheres, observado o percentual mínimo previsto em lei.

Questão 44

Acerca da operação do sistema proporcional no Brasil, é correto afirmar que

- A o referido sistema é utilizado na eleição dos mandatários do Poder Legislativo.
- B partidos e coligações de partidos podem registrar chapas de candidatos que concorrerão a eleições regidas pelo referido sistema.
- C o candidato, para ser eleito pelo referido sistema, deverá obter número de votos suficiente para, simultaneamente, ter direito, na ordem da votação nominal, a uma das vagas definidas pelo quociente partidário e para ultrapassar o limite exigido de 10% do quociente eleitoral.
- D apenas os partidos que tiverem obtido o quociente eleitoral poderão concorrer à distribuição dos lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários.
- E o quociente eleitoral é determinado dividindo-se o número de votos válidos — excluídos, portanto, apenas os votos nulos — apurados pelo número de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral.

Questão 45

Determinado partido político, ao elaborar seu planejamento estratégico, estabeleceu metas que demandam emprego de recursos superiores aos disponíveis para os anos seguintes.

Nessa situação hipotética, algumas possibilidades são objeto de debate em seus órgãos de direção. Assinale a opção correspondente à única que encontra amparo em lei.

- A Reduzir, em caráter temporário, assegurada a compensação posterior em benefício das atividades-fim do partido, os repasses de recursos do fundo partidário previstos para a criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa, doutrinação e educação política, e para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política de mulheres.
- B Definir regras de contribuição de recursos para filiados, por meio de mensalidades, e projetar campanhas de arrecadação entre cidadãos não filiados, observado o disposto na lei.
- C Empregar parte dos recursos disponíveis para investimento em empresas de elevada lucratividade e utilizar o retorno desse investimento em atividades assinaladas, pelo planejamento, como prioritárias.
- D Solicitar apoio financeiro temporário de cooperativas, organizações não governamentais, organizações empresariais e de trabalhadores, de preferência dos ramos de atividade vinculados com a história, os objetivos e a agenda programática do partido.
- E Promover campanha de arrecadação de fundos, por meio da internet, assegurado o anonimato dos doadores.

Questão 46

Considerando a Lei n.º 9.504/1997, no que se refere à propaganda eleitoral por meio de rádio e televisão, assinale a opção correta.

- A Em eleições municipais, embora o número de candidatos a vereador possa ser muito superior ao número de candidatos a prefeito, os candidatos a prefeito dispõem de mais tempo que os candidatos a vereador para apresentarem suas campanhas em rádio e televisão.
- B A regra geral prevista em lei é a vedação da propaganda paga, no rádio e na televisão, com exceção apenas dos partidos sem representação na Câmara dos Deputados.
- C Todos os partidos com registro no Tribunal Superior Eleitoral têm direito a participar da divisão do tempo disponível para propaganda eleitoral gratuita em rádio e televisão.
- D Em conformidade com o direito à liberdade de expressão, os veículos de comunicação de massa, inclusive as emissoras de rádio e televisão, podem manifestar suas preferências por candidatos e partidos no decorrer da campanha eleitoral.
- E Apenas 10% do tempo disponível são distribuídos de forma igualitária entre todos os partidos que apresentam candidatos ao pleito, enquanto os 90% restantes são distribuídos na proporção do número de votos obtido pela legenda na eleição anterior para a Câmara dos Deputados.

Questão 47

Com base na Lei n.º 9.504/1997, a respeito das diversas condutas vedadas aos servidores públicos no período antecedente às eleições, assinale a opção correspondente à única conduta permitida em lei a esses agentes.

- ☐ A Realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade de órgãos públicos que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito.
- ☐ B Ceder servidor público licenciado para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação durante o horário de expediente normal.
- ☐ C Nomear, contratar, admitir, demitir, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos.
- ☐ D Fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando se tratar de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo, a critério da justiça eleitoral.
- ☐ E Contratar, com recursos públicos, apresentação artística para eventos de inauguração, nos três meses que antecedem a eleição, com as ressalvas previstas em lei.

Questão 48

No que concerne à criação e organização de partidos políticos, assinale a opção correta.

- ☐ A A lei não impõe restrições à criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.
- ☐ B Exaurido o prazo máximo de oito anos de vigência de um órgão provisório do partido político, ocorre a extinção automática desse órgão e o cancelamento de sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- ☐ C O estatuto do partido deve prever regras relativas à transparência das informações partidárias e à responsabilização de seus dirigentes em casos de infração de regra estatutária.
- ☐ D É vedado ao partido adotar uniforme para seus membros.
- ☐ E Para manter seu registro no Tribunal Superior Eleitoral, o partido político deve comprovar, a cada dois anos, seu caráter nacional, por meio de número de filiados equivalente ao de assinaturas exigidas para seu registro inicial.

Questão 49

Deputado estadual propôs emenda a projeto de lei orçamentária anual, incluindo dispositivo que assegura o porte de arma a parlamentares estaduais aposentados.

De acordo com as normas que regem o orçamento, essa proposta

- ☐ A viola o princípio da exclusividade orçamentária.
- ☐ B não apresenta vício de constitucionalidade ou legalidade.
- ☐ C ofende o princípio da unidade orçamentária.
- ☐ D viola o princípio da universalidade orçamentária.
- ☐ E ofende o princípio da anualidade orçamentária.

Questão 50

Com referência ao mecanismo constitucional da desvinculação de receitas, assinale a opção correta relativa à sua aplicação aos estados.

- ☐ A O mecanismo aplica-se somente à União, não incidindo nos estados.
- ☐ B São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 20% das receitas relativas a impostos, taxas, multas e outras receitas correntes, excetuados os recursos expressamente indicados na CF.
- ☐ C São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% das receitas relativas a impostos, taxas, multas e outras receitas correntes, sem exceções.
- ☐ D São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 20% das receitas relativas a impostos, taxas, multas e outras receitas correntes, sem exceções.
- ☐ E São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% das receitas relativas a impostos, taxas, multas e outras receitas correntes, excetuados os recursos expressamente indicados na CF.

Questão 51

A propósito dos modelos de controle interno e externo adotados pela CF, assinale a opção correta.

- ☐ A O sistema de controle interno é exclusivo do Poder Executivo.
- ☐ B O sistema de controle interno deve apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- ☐ C Ao tomarem conhecimento a respeito de um ato ilegal, os responsáveis pelo controle interno devem promover diretamente a apuração do ato, sendo desnecessária a ciência ao órgão de controle externo.
- ☐ D Se verificada ilegalidade, o tribunal de contas deve sustar diretamente a execução de contrato administrativo.
- ☐ E O controle externo exercido pelos tribunais de contas não integra a estrutura de qualquer dos poderes.

Questão 52

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, o anexo de metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias deve conter o “demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional”. Segundo o Supremo Tribunal Federal, em relação aos estados, essa norma é

- ☐ A inconstitucional, por violação ao pacto federativo e à autonomia dos estados.
- ☐ B constitucional, devendo os estados demonstrarem a viabilidade das metas programadas com relação às diretrizes traçadas para a política econômica do governo federal.
- ☐ C inconstitucional, por não se tratar de normas gerais de direito financeiro.
- ☐ D inconstitucional, porque não pode lei complementar veicular norma que não seja matéria de lei complementar.
- ☐ E inaplicável aos estados, pois é dirigida apenas a lei de diretrizes orçamentárias federal, de forma que os estados podem fixar suas metas independentemente da política econômica nacional.

Questão 53

Assinale a opção correta, consoante aos aspectos constitucionais e jurisprudenciais do regime de precatórios.

- Ⓐ Por ocasião da expedição do precatório, deverá ser abatido o valor correspondente aos débitos líquidos e certos constituídos contra o credor do precatório.
- Ⓑ Os créditos de natureza alimentícia dispensam a expedição de precatório.
- Ⓒ A cessão de crédito de precatório altera a natureza jurídica do crédito.
- Ⓓ Não incidem juros de mora nos precatórios apresentados até 1.º de julho e pagos até o final do exercício seguinte.
- Ⓔ O direito de preferência no pagamento de precatórios a idosos pode ser estendido a seus sucessores.

Questão 54

Considere que o empresário Edson tenha prometido vantagem indevida a servidor público, para que este favorecesse Edson em ato relativo ao exercício de sua função, o que teria sido aceito pelo servidor. Ocorre que o empresário, pelo decurso de tempo, antes da prática efetiva do ato favorecedor do servidor público, resolveu mudar o ramo de sua empresa, de modo que não mais haveria utilidade ou necessidade de qualquer ação por parte do agente estatal.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correspondente ao crime praticado e ao instituto jurídico adequado à conduta do empresário.

- Ⓐ corrupção ativa com desistência voluntária
- Ⓑ corrupção ativa na modalidade consumada
- Ⓒ corrupção passiva com arrependimento eficaz
- Ⓓ corrupção passiva com arrependimento posterior
- Ⓔ corrupção ativa na modalidade tentada

Questão 55

Júlio, com posse legal de arma de fogo de uso permitido, é marido de Flávia, que, sem consentimento ou ciência de seu cônjuge, emprestou a referida arma a seu amigo, Leonardo, que havia planejado crime de roubo, chegando a consumá-lo.

Considerando essa situação hipotética e as disposições acerca de concurso de pessoas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Flávia e Júlio são partícipes do crime de Leonardo, mas Júlio responderá como partícipe na modalidade culposa.
- Ⓑ Flávia é coautora de Leonardo no crime de roubo e Júlio não cometeu crime.
- Ⓒ Júlio e Flávia são igualmente partícipes do crime de Leonardo.
- Ⓓ Flávia é autora mediata do crime de Leonardo e Júlio não cometeu crime.
- Ⓔ Flávia é partícipe do crime de Leonardo e Júlio não cometeu crime.

Questão 56

Considere que o servidor público Joaquim, condenado previamente por contravenção penal com trânsito em julgado e sem nenhuma outra circunstância desfavorável ou agravante, tenha sido condenado em crime de peculato, cuja pena prevista em lei é de dois a doze anos de reclusão. Tendo em vista essa situação hipotética e as disposições legais a respeito da pena, de suas espécies e da cominação, assinale a opção correta.

- Ⓐ Por haver reincidência, Joaquim não poderá ser beneficiado com a substituição da pena privativa de liberdade em penas restritivas de direitos.
- Ⓑ Em nenhuma circunstância, poderá o juiz aplicar a suspensão condicional de pena, haja vista a reincidência de Joaquim.
- Ⓒ O juiz poderá substituir a pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos, incluindo-se a interdição temporária de direitos, especificamente a proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública.
- Ⓓ O juiz poderá aplicar a pena isolada de multa, com a finalidade de restituição do prejuízo causado à administração pública.
- Ⓔ Aplicada pena restritiva de direitos a Joaquim, fica vedada a aplicação cumulativa de pena de multa.

Questão 57

No que concerne a extinção de punibilidade, julgue os itens a seguir.

- I A *abolitio criminis* extingue a punibilidade, porém, caso tenha havido trânsito em julgado da sentença condenatória, a condenação é mantida para fins de reincidência e maus antecedentes.
- II A perempção é causa de exclusão da punibilidade e ocorre quando o autor desiste da ação, sucessivamente, por três vezes.
- III A decadência opera-se após inércia do interessado pelo decurso do prazo de seis meses depois da data de ciência da autoria do delito.
- IV A prescrição da pretensão executória é contada pela pena em concreto, aumentada de um terço quando o réu for reincidente.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e III.
- Ⓓ II e IV.
- Ⓔ III e IV.

Questão 58

Com o advento da Lei n.º 13.869/2019 e suas alterações, passa a ser considerado crime

- Ⓐ prestar informações à imprensa sobre atos investigatórios findos ou em andamento.
- Ⓑ obter confissão de preso em flagrante em período noturno.
- Ⓒ produzir prova que venha a ser declarada ilícita.
- Ⓓ proceder à oitiva de investigados sem a presença de advogado.
- Ⓔ adentrar, astuciosamente, imóvel alheio ou suas dependências, sem determinação legal ou fora das condições estabelecidas em lei.

Questão 59

O ato de subtrair bem da administração pública, a que não tenha posse, mas possua acesso facilitado em decorrência da qualidade de servidor público, constitui crime de peculato

- A mediante erro de terceiro.
- B na modalidade apropriação.
- C na modalidade desvio.
- D na modalidade furto.
- E culposo.

Questão 60

Tendo em vista o ordenamento jurídico nacional, é correto afirmar que jurisdição é um método

- A autocompositivo, em que as partes solucionam seu conflito sem a intervenção de qualquer terceiro.
- B heterocompositivo, em que as partes solucionam seu conflito sem a intervenção de qualquer terceiro.
- C autocompositivo, que depende de terceiro imparcial para solucionar o conflito existente entre as partes.
- D autocompositivo, em que as partes têm a opção de solucionar o conflito com ou sem a intervenção de terceiro.
- E heterocompositivo, que depende de terceiro imparcial para solucionar o conflito existente entre as partes.

Questão 61

Conforme o Código de Processo Civil, é vedado ao juiz exercer suas funções em processo caso

- A seu amigo íntimo seja uma das partes, configurando impedimento.
- B seu parente de segundo grau, em linha reta, seja advogado na causa, configurando suspeição.
- C seja parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego, configurando impedimento.
- D uma das partes seja devedora de seu cônjuge, configurando impedimento.
- E seja membro de administração de pessoa jurídica parte no processo, configurando suspeição.

Questão 62

Considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema ou a repercussão social da demanda, pode o juiz solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada. Assinale a opção que denomina a intervenção no processo.

- A assistência litisconsorcial
- B chamamento ao processo
- C denúncia da lide
- D *amicus curiae*
- E assistência simples

Questão 63

Gisele ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais contra Alexandre e Felipe. Alexandre apresentou sua contestação no prazo adequado, enquanto Felipe deixou de apresentá-la.

Considerando essa situação hipotética e os termos previstos pelo Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- A Alexandre e Felipe serão atingidos pelos efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos alegados por Gisele.
- B Felipe será atingido pelos efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos alegados por Gisele.
- C Alexandre e Felipe não serão intimados dos demais atos processuais até que Felipe se faça representar nos autos.
- D Felipe não será intimado dos demais atos processuais por não ter apresentado sua contestação.
- E Felipe não será atingido pelos efeitos da revelia, já que Alexandre apresentou contestação.

Questão 64

Determinado cartório registrou incorretamente um dos imóveis pertencentes a Cristiano, que resolveu, então, ajuizar ação de reparação de dano contra o registro de imóveis. Nesse caso, o foro de competência para a ação será

- A o do domicílio de Cristiano.
- B de livre escolha de Cristiano.
- C o do domicílio do tabelião.
- D o do local do imóvel.
- E a da sede do registro de imóveis.

Questão 65

Determinado projeto de lei, em âmbito federal, foi regularmente aprovado pelas comissões pertinentes na casa iniciadora, tendo sido dispensada a análise do projeto pelo plenário da respectiva casa legislativa.

Nesse caso hipotético, acerca da tramitação em tela, assinale a opção correta.

- A Adotado o referido trâmite legislativo, é incabível recurso para que o projeto também seja apreciado pelo plenário.
- B A referida tramitação é vedada, haja vista a exigência de que todas as matérias sejam deliberadas pelos plenários das casas legislativas.
- C A referida tramitação é permitida apenas para a casa em que se iniciar a deliberação, sendo vedada para a casa revisora.
- D Em virtude da excepcionalidade da referida tramitação, a CF prevê taxativamente as hipóteses em que esta poderá ser adotada.
- E É permitida, em determinadas hipóteses, a dispensa da deliberação pelo plenário das casas legislativas.

Questão 66

No que diz respeito a iniciativa no processo legislativo federal, assinale a opção correta.

- A As assembleias legislativas podem propor, isoladamente, proposta de emenda à CF, desde que encaminhada pela maioria relativa dos respectivos membros.
- B No âmbito da iniciativa parlamentar, os projetos de lei complementar exigem quórum de maioria absoluta para sua proposição.
- C É de iniciativa privativa do presidente da República lei que disponha sobre a organização administrativa e judiciária dos estados e dos territórios.
- D Atendidos os requisitos constitucionais e legais, é permitida a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular no âmbito federal, estadual e municipal.
- E Por meio de delegação do presidente da República, compete ao Congresso Nacional a elaboração das leis delegadas.

Questão 67

Assinale a opção correspondente a poder conferido pela CF a comissões parlamentares de inquérito.

- A expedição de mandado de busca e apreensão domiciliar
- B decretação de prisão em flagrante e prisão preventiva
- C realização de interceptação telefônica
- D quebra de sigilo bancário
- E decretação de indisponibilidade de bens

Questão 68

Com base na CF, em relação a veto, sanção e promulgação de matérias legislativas, assinale a opção correta.

- Ⓐ A possibilidade de veto parcial pelo presidente da República abrange texto parcial de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.
- Ⓑ Será considerado mantido o veto caso não seja apreciado pelo Congresso Nacional no prazo de trinta dias.
- Ⓒ As leis podem ser vetadas no prazo de até quinze dias após a sua entrada em vigor.
- Ⓓ Será considerada automaticamente promulgada lei que, decorrido o prazo constitucional, não tenha sido promulgada pelo presidente da República.
- Ⓔ Compete às mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a promulgação das emendas à CF.

Questão 69

De acordo com a Lei Complementar n.º 95/1998, assinale a opção correta.

- Ⓐ Segundo a referida lei, é facultativa a redação da parte preliminar na estruturação da lei.
- Ⓑ Frases curtas, expressões em seu sentido comum, orações em ordem direta e uniformidade do tempo verbal são normas que dão clareza às disposições normativas.
- Ⓒ Para entrarem em vigência, os projetos de lei devem observar o prazo mínimo expressamente estabelecido pela referida lei.
- Ⓓ Visando à eficiência do processo legislativo, é recomendável que as leis abordem, em seu conteúdo, o maior número possível de objetos.
- Ⓔ Ao entrar a norma em vigor, as demais normas que com ela colidam são tacitamente revogadas, não sendo necessária a enumeração expressa dos dispositivos legais revogados.

Questão 70

Assinale a opção que representa parlamentar cuja inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato possua abrangência restrita a seu respectivo município.

- Ⓐ deputado estadual
- Ⓑ senador
- Ⓒ vereador
- Ⓓ deputado federal
- Ⓔ deputado distrital

Espaço livre